

Carta Eletrônica de Conjuntura Econômica

Ano 2, Número 21, outubro de 2004.

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - CEPE

cepe@unisc.br

.....EDITORIAL

Nesta edição de outubro de estamos ainda sob a ressaca das eleições municipais, passados dois meses de campanha intensa e bombardeamento de propostas das mais variadas matizes. Bem, talvez nem todos, mas os derrotados possivelmente estão de ressaca, ainda tentando entender o que aconteceu, onde erraram, ... Mas o importante neste processo é a consolidação do espaço democrático no país. Cada vez menos temos notícia de escândalos de compra de votos, de uso da máquina pública - ao menos de forma mais escancarada - no noticiário eleitoral, o que é extremamente salutar.

É lógico que ainda aparecem alguns casos - teve até candidato que foi eleito enquanto estava preso! - mas esta não é a regra e sim a exceção. O que queremos salientar com isto é consolidação de um conjunto de regras e procedimentos e o reflexo disto para a economia. Afinal, seja qual for a regra - boa ou má - o que a economia necessita é a permanência, a continuidade, de forma que se possa elaborar uma programação de atividades, que se possa planejar o investimento em uma nova planta industrial, por exemplo, sem o risco de, logo à frente, com a troca de governo, todo o planejamento - e o investimento - irem, literalmente, por água abaixo.

Esta é a grande conquista, muito mais que a estabilidade econômica, que garantirá um cenário de crescimento sustentado para a economia brasileira para os próximos anos. Aliás, este já era o tom do editorial da edição de setembro, lembrando do cálculo econômico de longo prazo. Com o resultado das eleições municipais, este resultado parece estar sendo alcançado, o que certamente contribuirá para a melhoria da visão do país pelos investidores, sejam brasileiros ou estrangeiros.

Conjugado a isto, os indicadores conjunturais - esta é a análise do Fábio Mayrinck - apontam vários motivos para comemoração. Com mais cautela para alguns, com mais otimismo para outros, com ufanismo até para outros ainda. Mas certamente devem ser vistos apenas assim: são indicadores conjunturais, refletem o momento e o estado de espírito deste momento em particular. Sem dúvida são importantes

Além deste assunto, nossa análise de conjuntura segue com os demais artigos de nossos articulistas. Sempre desejando uma boa leitura, esperamos as críticas e sugestões para nosso endereço eletrônico.

....:SUMÁRIO

- ◆ CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL 01 DE OUTUBRO DE 2004.
- ◆ CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 01 DE OUTUBRO DE 2004.
- ◆ O QUE PODEMOS DIZER DO PRIMEIRO SEMESTRE ?
- ◆ HISTÓRIA, ECONOMIA E POLÍTICA.
- ◆ CONJUNTURA ECONÔMICA DE SETEMBRO .

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL, 01 DE OUTUBRO DE 2004.

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul foi de – 3,18 % no período de 27 de agosto a 1º de outubro de 2004, passando de R\$ 456,08 para R\$ 441,54.

Por grupo de despesa, os produtos de Higiene Pessoal apresentaram redução da ordem de 0,16 %, a Alimentação no Domicílio reduziu em 3,00 % e os produtos de Limpeza Doméstica reduziram em 0,02 %.

Dos 60 produtos pesquisados, 26 tiveram elevação de preço neste período, 31 reduziram o preço e 03 permaneceram estáveis. As maiores contribuições para a redução do custo do Cesto Básico foram da Carne Bovina (contribuição de – 1,03 %) e da Cebola (contribuição de – 0,59 %). No levantamento do mês de agosto, a Carne Bovina já havia sido o produto que mais contribuiu para segurar a elevação do custo do Cesto Básico. Neste levantamento, entre os produtos que mais contribuíram para a segurar a redução do custo do Cesto Básico destacam-se a Banana (contribuição de 0,15 %) e a Lingüiça (contribuição de 0,14 %).

Com esta redução de setembro, o custo do Cesto de Produtos Básicos acumula uma alta de 1,86 % no ano de 2004 e de 5,25 % nos últimos doze meses.

Os produtos utilizados para composição do Cesto Básico referem-se a um conjunto de produtos mais consumidos, obtidos a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UNISC junto à famílias com renda familiar inferior a 10 salários mínimos em Santa Cruz do Sul.

[Veja o resultado do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul em 01 DE OUTUBRO DE 2004.](#)

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	27 de Ago de 04		1 de Out de 04		VAR. %	CONTRI- BUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
Grupo: Higiene Pessoal								
01. Absorventes	pct/10	0,72	1,8608	1,3398	1,9558	1,4082	5,1052	0,0150
02. Desodorante	90 ml	1,35	2,3925	3,2299	2,5367	3,4245	6,0258	0,0427
03. Lam. Barbear	unid	2,08	0,9371	1,9491	0,9513	1,9786	1,5118	0,0065
04. Papel Higiênico	rolo	7,74	0,5288	4,0933	0,5175	4,0055	-2,1455	-0,0193
05. Pasta Dental	90 g	1,44	1,7740	2,5546	1,7564	2,5292	-0,9942	-0,0056
06. Sabonete	90 g	4,24	0,8270	3,5065	0,7110	3,0146	-14,0266	-0,1078
07. Shampoo	500 ml	0,73	5,2650	3,8435	4,7120	3,4398	-10,5033	-0,0885
Total / variação grupo:				20,5166		19,8003	-0,1570	
Grupo: Alimentação no Domicílio								
01. Aipim	kg	2,58	0,8250	2,1285	0,9125	2,3543	10,6061	0,0495
02. Alface	pé	3,66	0,5600	2,0496	0,4825	1,7660	-13,8393	-0,0622
03. Arroz	2 kg	4,79	4,3363	20,7706	3,9538	18,9385	-8,8210	-0,4017
04. Açúcar	2 kg	4,1	2,1420	8,7822	2,1240	8,7084	-0,8403	-0,0162
05. Banana	kg	3,19	1,3200	4,2108	1,5443	4,9263	16,9913	0,1569
06. Banha	kg	1,62	4,3900	7,1118	4,5567	7,3818	3,7965	0,0592
07. Batata Doce	kg	1,37	1,2375	1,6954	1,3425	1,8392	8,4848	0,0315
08. Batata Inglesa	kg	7,53	1,8133	13,6544	1,8083	13,6168	-0,2757	-0,0083
09. Beterraba	kg	1,53	1,6550	2,5322	1,5400	2,3562	-6,9486	-0,0386
10. Biscoitos	500 g	2,22	2,1075	4,6787	2,2892	5,0821	8,6230	0,0885
11. Café Moído	500 g	1,08	4,1857	4,5206	4,2020	4,5382	0,3891	0,0039
12. Carne Bovina	kg	8,53	5,4008	46,0691	4,8491	41,3627	-10,2159	-1,0319
13. Carne Frango	kg	5,96	3,4433	20,5223	3,1967	19,0521	-7,1636	-0,3223
14. Carne Suína	kg	1,98	9,4743	18,7591	9,4729	18,7563	-0,0151	-0,0006
15. Cebola	kg	2,33	2,6833	6,2522	1,5167	3,5338	-43,4783	-0,5960
16. Cenoura	kg	1,73	1,6100	2,7853	1,7425	3,0145	8,2298	0,0503
17. Cerveja	grf	4,29	1,5493	6,6464	1,4840	6,3664	-4,2139	-0,0614
18. Cigarros	maço	15,26	2,3000	35,0980	2,3000	35,0980	0,0000	0,0000
19. Erva Mate	kg	2,55	2,6050	6,6428	2,6950	6,8723	3,4549	0,0503
20. Ext. Tomate	370 g	1,21	1,7411	2,1067	1,7510	2,1187	0,5680	0,0026
21. Far. Mandioca	kg	0,34	3,7350	1,2699	3,1717	1,0784	-15,0826	-0,0420
22. Farinha Trigo	kg	7,89	1,4844	11,7123	1,4838	11,7075	-0,0403	-0,0010
23. Feijão Preto	kg	3,53	2,2514	7,9475	2,0933	7,3895	-7,0220	-0,1224
24. Fermento	100 g	2,94	3,9014	11,4702	3,6538	10,7420	-6,3484	-0,1597
25. Fósforos	pct/10	0,88	1,7950	1,5796	1,7938	1,5785	-0,0696	-0,0002
26. Gás de Bujão	13 kg	0,96	33,0000	31,6800	33,0000	31,6800	0,0000	0,0000
27. Laranja	dz	2,87	1,6715	4,7973	1,4108	4,0489	-15,6010	-0,1641
28. Leite Natural	l	22,8	1,3450	30,6660	1,2775	29,1270	-5,0186	-0,3374
29. Lingüiça	kg	0,68	13,7125	9,3245	14,6580	9,9674	6,8952	0,1410
30. Maizena	500 g	0,51	2,6271	1,3398	2,7350	1,3949	4,1055	0,0121
31. Margarina	250 g	3,66	1,3766	5,0383	1,2858	4,7062	-6,5929	-0,0728
32. Massas	500 g	2,83	1,9790	5,6006	1,9860	5,6204	0,3537	0,0043
33. Maçã	unid	3,7	0,3982	1,4733	0,5191	1,9206	30,3601	0,0981
34. Nata	kg	0,48	5,0380	2,4182	4,5900	2,2032	-8,8924	-0,0471
35. Nescau	500 g	0,8	3,6314	2,9051	3,6313	2,9050	-0,0049	0,0000
36. Ovos	dz	3,84	2,5860	9,9302	2,3040	8,8474	-10,9049	-0,2374
37. Pipocas	500 g	0,76	1,8380	1,3969	2,0586	1,5645	12,0006	0,0368
38. Pão Francês	500 g	10,67	2,3250	24,8078	2,3250	24,8078	0,0000	0,0000
39. Refrigerante	l	6,55	0,9088	5,9523	0,9092	5,9550	0,0459	0,0006
40. Repolho	kg	2,03	0,9750	1,9793	0,6525	1,3246	-33,0769	-0,1435
41. Sagú	500 g	0,49	2,4757	1,2131	2,6050	1,2765	5,2222	0,0139
42. Sal	kg	1,75	0,6771	1,1850	0,7057	1,2350	4,2194	0,0110
43. Tomate	kg	2,29	3,3433	7,6562	3,3925	7,7688	1,4706	0,0247
44. Vinagre	grf	1,39	0,9243	1,2848	1,0733	1,4919	16,1257	0,0454
45. Óleo de Soja	900 ml	3,15	2,8742	9,0536	2,8457	8,9640	-0,9899	-0,0197
Total / variação grupo:				410,6984		396,9872	-3,0063	
Grupo: Limpeza Doméstica								
01. Alvejantes	l	0,67	1,3867	0,9291	1,2571	0,8423	-9,3407	-0,0190
02. Bombril	pct/8	1,52	0,9843	1,4961	0,9314	1,4158	-5,3701	-0,0176
03. Cera Assoalho	450 g	0,78	8,2775	6,4565	8,0900	6,3102	-2,2652	-0,0321
04. Det./Desinfet.	500 ml	1,9	1,4392	2,7345	1,3885	2,6381	-3,5275	-0,0212
05. Esfregão Aço	unid	0,52	0,5200	0,2704	0,5050	0,2626	-2,8846	-0,0017
06. Sabão Barra	500 g	4,05	1,2248	4,9603	1,2334	4,9954	0,7070	0,0077
07. Sabão em Pó	800 g	1,08	5,9117	6,3846	5,9775	6,4557	1,1136	0,0156
08. Vassoura palha	unid	0,23	7,1150	1,6365	7,9800	1,8354	12,1574	0,0436
Total / variação grupo:				24,8679		24,7554	-0,0247	
CUSTO TOTAL				456,0829		441,5429	-3,1880	
VARIAÇÃO						-3,1880		

CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 01 DE OUTUBRO DE 2005.

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo da Cesta Básica Nacional em Santa Cruz do Sul foi de – 2,50 % no período de 27 de agosto a 1º de outubro de 2004, passando de R\$ 141,05 para R\$ 137,51.

Dos 13 produtos pesquisados, 08 tiveram redução de preço neste período, 01 permaneceu estável – Pão Francês – e 04 apresentaram elevação. Assim como no levantamento efetuado no final de agosto, a maior contribuição para a redução do custo da Cesta Básica Nacional foi da Carne Bovina (contribuição de – 2,58 %), seguida do Feijão Preto (contribuição de – 0,50 %). No levantamento anterior o Feijão Preto foi o único artigo com preço estável e o Pão Francês também contribuiu para a redução da Cesta Básica.

Os produtos que mais contribuíram para segurar a redução da Cesta Nacional foram a Banana (contribuição de 1,00 %) e o Tomate (contribuição de 0,31 %).

Com a redução verificada no mês de setembro, agora a Cesta Básica Nacional apresenta uma alta de 6,27 % em Santa Cruz do Sul e, comparando-se com o custo vigente em 01 de outubro de 2003, o aumento da Cesta Básica Nacional já alcançou 13,96 %.

Conforme o levantamento do DIEESE para o mês de setembro de 2004, Porto Alegre mesmo com uma redução de 4,01 %, continuou com o maior custo da Cesta Básica no Brasil, com um custo total de R\$ 182,38.

A partir do custo da Cesta Básica Nacional é possível calcular o número de horas necessárias para sua aquisição por um trabalhador que receba um salário mínimo mensal. Com o custo verificado em Santa Cruz do Sul são necessárias 116,36 horas para a aquisição destes 13 produtos e, com o custo de Porto Alegre, são necessárias 154,33 horas.

Da mesma forma, a partir dos gastos com alimentação é possível estimar-se o salário mínimo necessário para o atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Seguindo a mesma metodologia utilizada pelo DIEESE, o valor para o mês de setembro de 2004 alcançou R\$ 1.146,61 para uma família composta por dois adultos e duas crianças.

Cesta Básica Nacional relaciona um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil. Este Decreto estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

**Veja o resultado do custo da Cesta Básica Nacional em
Santa Cruz do Sul, em 01 DE OUTUBRO DE 2004.**

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	27 de Ago de 04		1 de Out de 04		VAR. %	CONTRI- BUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
01.Arroz	2 kg	1,5	4,3363	6,5044	3,9538	5,9306	-8,8210	-0,4068
02.Açúcar	2 kg	1,5	2,1420	3,2130	2,1240	3,1860	-0,8403	-0,0191
03.Banana	kg	6,3	1,3200	8,3160	1,5443	9,7290	16,9913	1,0018
04.Banha	kg	0,9	4,3900	3,9510	4,5567	4,1010	3,7965	0,1063
05.Batata Inglesa	kg	6	1,8133	10,8800	1,8083	10,8500	-0,2757	-0,0213
06.Café Moído	500 g	1,2	4,1857	5,0229	4,2020	5,0424	0,3891	0,0139
07.Carne Bovina	kg	6,6	5,4008	35,6455	4,8491	32,0040	-10,2159	-2,5817
08.Farinha Trigo	kg	1,5	1,4844	2,2267	1,4838	2,2258	-0,0403	-0,0006
09.Feijão Preto	kg	4,5	2,2514	10,1314	2,0933	9,4200	-7,0220	-0,5044
11.Leite Natural	l	7,5	1,3450	10,0875	1,2775	9,5813	-5,0186	-0,3589
10. Margarina	kg	0,75	1,3766	1,0324	1,2858	0,9644	-6,5929	-0,0483
12.Pão Francês	500 g	6	2,3250	13,9500	2,3250	13,9500	0,0000	0,0000
13.Tomate	kg	9	3,3433	30,0900	3,3925	30,5325	1,4706	0,3137
CUSTO TOTAL				141,0508		137,5169		-2,5054
VARIAÇÃO						-2,5054		

O QUE PODEMOS DIZER DO PRIMEIRO SEMESTRE ?

André Carraro acarraro@unisc.br

Chegamos ao mês de setembro e, aos poucos, as séries de dados do primeiro semestre para o Brasil estão sendo divulgadas. Por isso aproveito este fato para falar sobre a economia brasileira no final deste primeiro semestre de 2004.

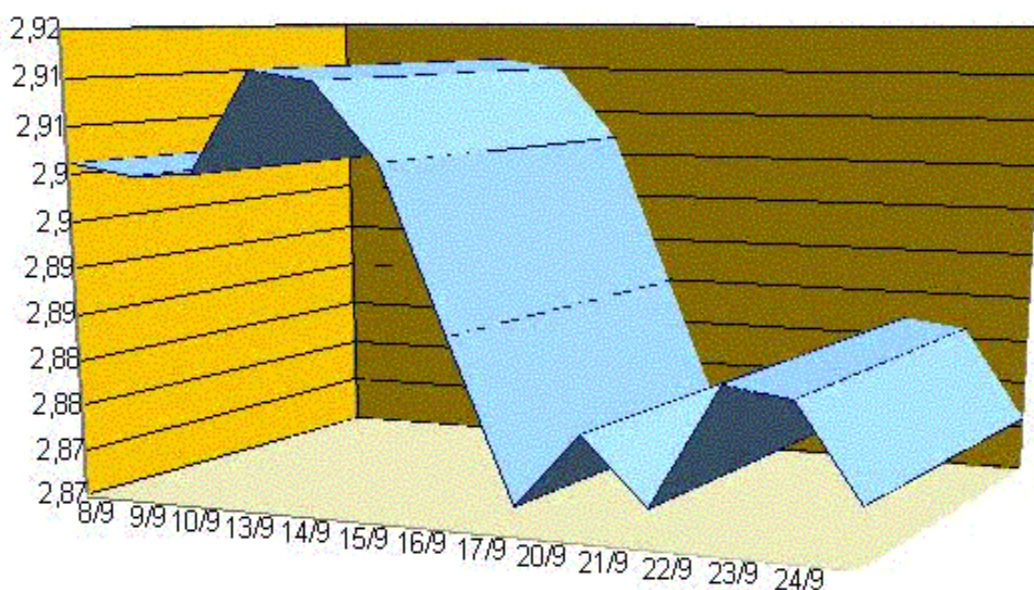
Colocadas na balança, as boas notícias são maiores que as negativas. Uma boa notícia deste primeiro semestre é que o Produto Interno Brasileiro (PIB) cresceu 4,2% em relação ao mesmo período de 2003. Essa tendência de crescimento vem se mantendo desde o segundo semestre do ano passado, quando o PIB cresceu 5,7% em relação ao segundo semestre de 2003. Como se pode notar, o país cresceu, mas a uma velocidade menor que no final de 2003. Este fato pode estar indicando que a economia brasileira está perdendo a capacidade de crescimento de curto prazo, baseada no crescimento do consumo (leia o artigo do mês passado), necessitando de novos investimentos de longo prazo para possibilitar a ampliação do PIB. Em síntese, isso quer dizer que estamos chegando à nossa capacidade máxima de produção e, para os alunos da economia, a curva de oferta é vertical. Nesse caso, como qualquer aluno da prof^a. Rosa Valentim já sabe, maior consumo irá gerar inflação e nada de crescimento, muito menos sustentado. Ou seja, se olharmos apenas para 2004 poderemos ver crescimento, mas para os próximos anos apenas inflação.

Como fugir desta armadilha? A palavra mágica é investimento. E os dados divulgados pelo IBGE não são otimistas. A taxa de investimento, ou seja, os recursos que aplicados sustentam o crescimento de longo prazo, caiu de 19,3% no primeiro trimestre do ano para 18,6% no segundo. Com isso corre-se o risco de faltar investimentos que sustentem o crescimento da economia nos próximos anos. O projeto de Parceria entre o Setor Público e Privado (PPP) pode ser um instrumento para estimular a expansão deste investimento, porém a sua discussão no Senado levantou problemas e riscos envolvidos com a sua rápida aprovação.

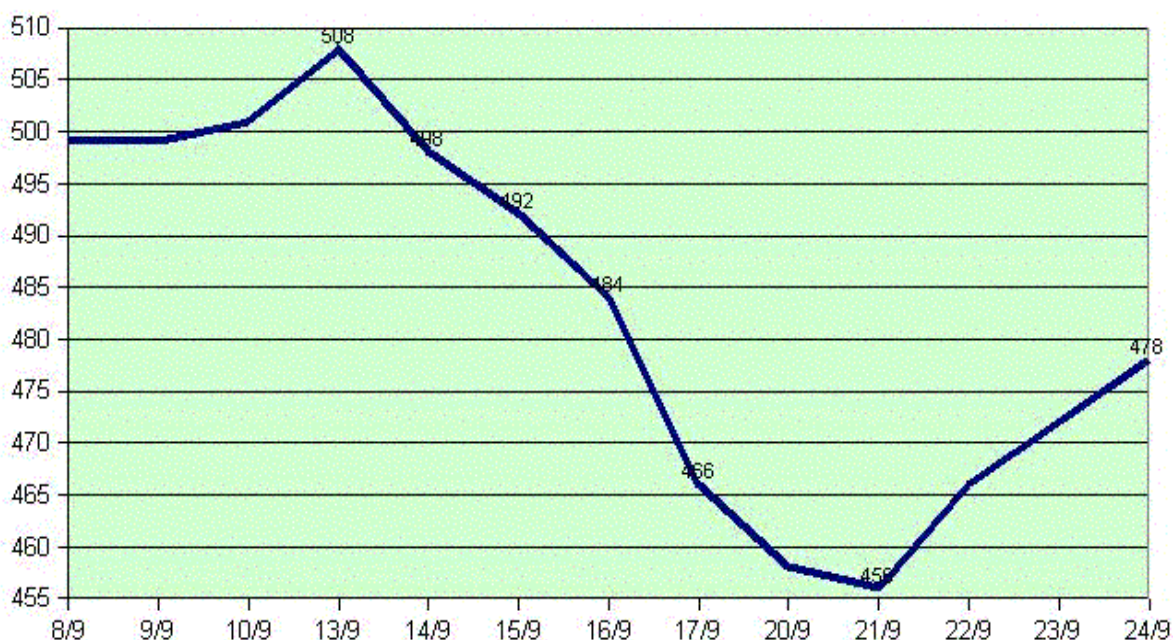
Pelo lado das contas públicas, o governo brasileiro vem se comportando de forma a gerar ciúmes até mesmo nos governos mais liberais do mundo. A meta de superávit foi aumentada pelo governo de 4,25% do PIB para 4,5%, para o ano de 2004. Mas é provável até que o governo feche o ano com um superávit maior, já que no primeiro semestre a economia dos recursos foi R\$ 63,7 bilhões, equivalentes a 5,6% do PIB. Esse comportamento permitiu que o governo reduzisse a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB, de 58,7% em dezembro de 2003, para 54,1%. Como parte desta dívida ainda são de títulos indexados à variação cambial, o câmbio apreciado dos últimos meses está auxiliando o governo a gerir de forma tão positiva a dívida do país. Apesar deste esforço, os R\$ 63,7 bilhões economizados no primeiro semestre não foram suficientes para cumprir com os compromissos de R\$ 87,78 bilhões com os juros da dívida. Assim, o déficit do setor público de janeiro a agosto deste ano foi de R\$ 20,1 bilhões, ou 1,8% do PIB.

Numa rápida síntese, temos bons resultados para comemorar e alguns velhos problemas para nos preocupar. A [cotação do dólar](#) tem, cada vez, mais se aproximado do patamar de R\$ 2,80 por dólar, voltando a um nível já alcançado em janeiro de 2004. Aliás, a queda do dólar, ou a valorização do Real, só não é maior devido aos temores em relação às cotações elevadas do petróleo, que voltaram a bater a casa do US\$ 50,00 por barril, reprimindo o investidor internacional. No entanto, nem mesmo este fato negativo internacional foi suficiente para afetar os bons resultados do [IBOVESPA](#) e do [risco país](#). Como lição de casa, temos que desatar o nó do investimento para não frearmos o crescimento dos próximos anos. Afinal, quem quer crescer um ano para regredir nos outros três?

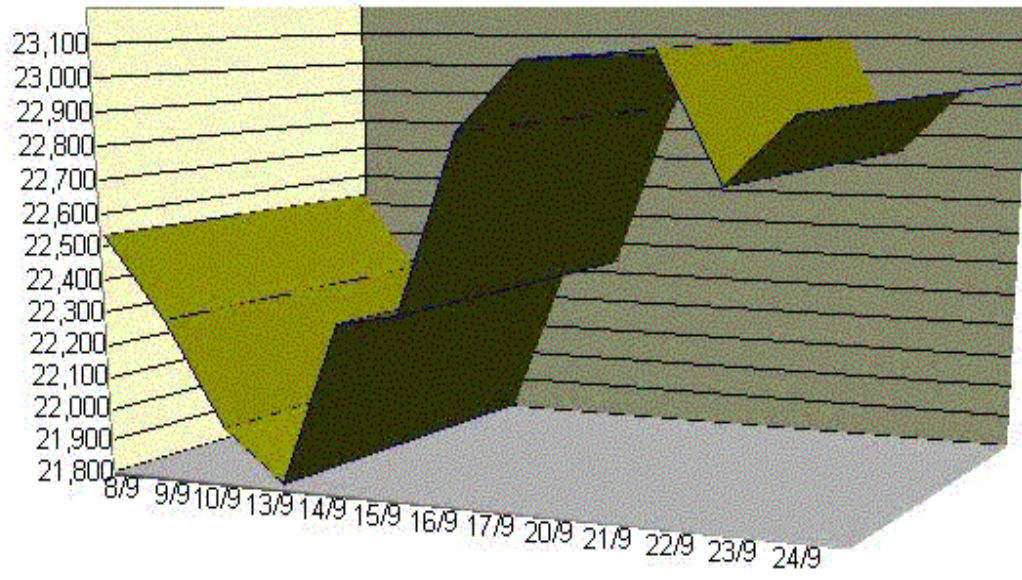
Taxa de câmbio



Risco Brasil



IBOVESPA



HISTÓRIA, ECONOMIA E POLÍTICA

Túlio Marques Jr. marquesjr@ppge1.ppge.ufrgs.br

Uma vez mais, motivado talvez pelas eleições municipais, as políticas econômicas passíveis de serem utilizadas no Brasil são discutidas, objetivando resolver os problemas de redução da desigualdade de renda e crescimento econômico. Foi um bordão do início do atual governo, atribuir os problemas de 2003 a herança maldita do governo passado, justificando tal fato principalmente devido à taxa de desemprego e à enorme dívida pública. O lançamento da PNAD 2003 permite aprofundar esse debate, desmentindo a tese de herança maldita.

Quem se der ao trabalho de estudar o processo de endividamento da última década perceberá que ela atingiu o montante atual, principalmente, por duas vias: 1) a explicitação de passivos que já existiam, mas politicamente não eram contabilizados (os esqueletos); 2) o efeito da variação cambial sobre a dívida interna, variação cambial provocada por crises internacionais, fora do controle brasileiro. Em momento algum, a dívida aumentou por que o governo gastou mais que podia. Talvez a contribuição governamental para o problema tenha sido a manutenção, em tempo demasiado, da paridade cambial que diminuiu as reservas nacionais, tornando o País mais vulnerável a essas crises.

Há de se lembrar que a taxa de desemprego média do governo FHC não foi o valor expresso em seu último ano. Infelizmente, no último ano deu-se a pior taxa. No entanto, o relatório da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) 2003 mostra que os cidadãos brasileiros, empregados ou não, estavam em melhor situação em 2003 que em 1993. Mais que isso, por meio da educação o País começava a criar os meios necessários ao crescimento sustentável.

O relatório, publicado pelo estatal IBGE, compara a PNAD 1993 com a PNAD 2003: nesse período o percentual de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola caiu de 11,4% para 2,8%. O analfabetismo das pessoas com 10 anos ou mais diminuiu 5%. O tempo médio de estudo da população cresceu de 5,0 para 6,4 anos. Assim como as pessoas com no mínimo 2º grau aumentaram de 14,4% para 24,9%. Esses números estão longe do necessário para garantir crescimento sustentável. Mas se imaginarmos que para provocar essas mudanças 100 milhões de pessoas tiveram de estar envolvidas com a escola, se contarmos o investimento estatal necessário para que isso ocorra, os resultados de uma década são animadores. Se compararmos com os resultados década a década do passado brasileiro, poderemos falar em revolução.

Voltemos a analisar a questão da distribuição de renda e do bem-estar social. A concentração de renda, medida pelo índice de Gini, vem caindo nos últimos dez anos persistentemente, embora de maneira suave. O relatório diz que o número de casas com telefone triplicou em uma década, de 20% para 62%. As casas fabricadas com material não-durável

caíram de 5,1% para 2,5%. Outros indicadores sobre qualidade de moradia revelaram melhoria: os domicílios com esgotamento sanitário cresceram de 58,8% para 68,9%; a rede de coleta de lixo cresceu 4,3%; o abastecimento de água domiciliar foi de 75% para 82,5%. Aumentou o número de casas com televisão, geladeira e computador. Por fim, a expectativa de vida do brasileiro aumentou.

Para que se faça uma comparação justa entre o atual e o antigo governo é necessário deixar o tempo passar. Mudanças qualitativas em variáveis populacionais são lentas, pois têm de atingir a maioria para se refletirem em números. Queria Deus que o atual governo suplante o anterior em desempenho. Mas o excesso de tributação; a falta de investimento em escolas de 2º grau; a crise de identidade quanto aos gastos públicos e papel do Estado; as reiteradas quebras de contrato e ataques às instituições fiscalizadoras (agências reguladoras, judiciário, Ministério Público, imprensa); o assistencialismo sem responsabilidade social pairam como ameaça.

CONJUNTURA ECONÔMICA DE SETEMBRO .

Fábio Mayrinck fabiohenrique@ppge1.ppge.ufrgs.br

Em agosto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou 0,69%, contra 0,91% no mês anterior, acumulando elevação de 5,14% no período de janeiro a agosto de 2004 e de 7,18% em doze meses. Segundo a ata da última reunião do COPOM, em setembro, essa queda na variação mensal do índice se deve ao menor impacto das tarifas de energia elétrica e de telefonia fixa, que haviam pressionado o IPCA em julho. Os principais produtos que contribuíram para essa elevação mensal de 0,69% no IPCA foram o álcool combustível e a gasolina.

O conjunto dos preços livres (produtos cujo preço não depende da regulação do governo) aumentou 0,6% em agosto, contra 0,52% no mês anterior, enquanto os preços monitorados aumentaram 0,92%. Segundo o Banco Central, os índices de preços ao consumidor devem registrar em setembro variações inferiores às de agosto, principalmente pela redução dos impactos dos reajustes de preços monitorados observados nos últimos meses. A projeção do Banco Central para o reajuste total nos preços da gasolina ao longo de 2004 foi mantida em 9,5% apesar do preço internacional do petróleo continuar sendo fonte de preocupação.

Em agosto a corrente de comércio internacional brasileira atingiu US\$14,7 bilhões sendo que a balança comercial registrou superávit de US\$3,4 bilhões favoráveis ao Brasil. As exportações totalizaram US\$9,1 bilhões, os embarques de produtos básicos, manufaturados e semimanufaturados apresentaram recordes históricos para o mês de agosto. As importações atingiram US\$5,6 bilhões, o maior valor para o ano.

O mercado de trabalho continuou a responder à retomada da atividade. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego recuou novamente em julho, pelo terceiro mês consecutivo, para 11,2%, inferior aos 12,8% registrados em julho de 2003. Os dados do emprego formal apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) também indicam continuidade da trajetória ascendente, com criação de 1.236.689 vagas entre janeiro e julho de 2004.

Com essa queda do desemprego tivemos uma natural retomada da confiança do trabalhador em sua capacidade de consumir e se endividar: a pesquisa mensal da Fecomercio/SP registrou, em setembro, crescimento de 6,2% no Índice de Confiança do Consumidor (ICC), que atingiu 128,8 pontos em uma escala que vai de 0 a 200. Se ainda não são suficientes para uma retomada do crescimento, pelo menos estes indicadores já indicam uma melhora das condições para o final deste ano.